



# Conflitos e Convergências da Geografia

---

**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2019



**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**  
(Organizador)

# **Conflitos e Convergências da Geografia**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /  
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa  
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da  
Geografia; v. 1)

Formato: PDF  
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7247-320-0  
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.  
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
Montes Claros-MG  
Outono de 2019

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>57</b>
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>73</b>
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915046</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>83</b>
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>95</b>
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan	
Vanessa Manfio	
Rosa Maria Vieira Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>109</b>
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2001915049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>124</b>
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>134</b>
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>142</b>
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues	
Ademir Terra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>153</b>
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos	
Helen Soares Vitória	
Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150413</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>165</b>
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>180</b>
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>190</b>
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>206</b>
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>219</b>
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>228</b>
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O ( 2 0 1 7 - 2 0 1 8 ) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150419</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>234</b>
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura Fátima Maria de Lima Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues Patrícia Fonseca Dias Miranda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>241</b>
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: <i>A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA</i>	
Gilberto de Carvalho Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>249</b>
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos Ana Margarete Gomes da Silva Lorena Silva de Oliveira Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>262</b>
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi Neusa Maria Tauscheck	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>272</b>
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida Maikon Geovane Oliveira Vila Nova Gilvânia Ferreira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.20019150424</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>280</b>



## A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP

### **Alan da Silva Vinhaes**

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/  
UNESP

Presidente Prudente - SP

### **Antonio Nivaldo Hespanhol**

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/  
UNESP

Presidente Prudente - SP

### **Tamires Regina Rocha**

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/  
UNESP

Presidente Prudente - SP

**RESUMO:** A atuação do Estado brasileiro no direcionamento de políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento rural mostrou-se, historicamente, centralizadora e com foco na modernização das atividades agropecuárias. Na década de 2000, algumas políticas públicas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no âmbito do governo federal, e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, na escala do Estado de São Paulo, passaram a incorporar elementos que estão desconectados da preocupação com a modernização da agropecuária. O presente trabalho enfoca a implementação do Projeto de Desenvolvimento

Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado - nos municípios de Dracena e Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado, Modernização, Projeto.

**ABSTRACT:** The role of the Brazilian State in directing public policies to stimulate rural development has historically been centralized and focused on the modernization of agricultural activities. In the 2000s, some public policies, such as the Food Acquisition Program (PAA), under the federal government, and the State Program of Hydrographic Microbasins (PEMH) and the Sustainable Rural Development Project - Microbacias II - Access to Mercado, on the scale of the State of São Paulo, began to incorporate elements that are disconnected from the concern with the modernization of agriculture and livestock. The present work focuses on the implementation of the Sustainable Rural Development Project - Microbacias II - Market Access - in the municipalities of Dracena and Presidente Venceslau, State of São Paulo.

**KEYWORDS:** State, Modernization, Project.

### 1 | INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 estabeleceu um novo marco na formulação e implementação de

políticas públicas no Brasil ao conferir autonomia político administrativa aos municípios reconhecendo-os como entes federativos dotados de autonomia.

Desde 2011, a CATI vem executando o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II - acesso ao Mercado, cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento rural sustentável, e a inclusão social, bem como contribuir para a preservação dos recursos naturais e ampliar a renda e o bem-estar dos beneficiários.

Através disso, o artigo visa analisar os resultados das políticas públicas voltadas ao espaço rural nos municípios de Dracena e Presidente Venceslau com ênfase no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

Levantamento bibliográfico sobre os temas relacionados às políticas públicas e ao desenvolvimento rural, bem como o processo de ocupação nos municípios de Dracena e Presidente Venceslau.

Além disto, foi efetuado o levantamento de dados secundários referentes aos municípios de Dracena e Presidente Venceslau publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como o uso dos dados da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Por fim, houve a realização de entrevistas com os assistentes técnicos da CATI dos municípios de Dracena e Presidente Venceslau, com a presidente e o assistente administrativo da APRD de Dracena e a presidente da Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera de Presidente Venceslau. Todas as entrevistas foram realizadas com a utilização de roteiros previamente elaborados.

## **2 | O PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS (PEMH)**

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) passou a contar com apoio financeiro do Banco Mundial a partir do ano 2000 e caracterizou-se por abranger três princípios básicos: “a busca por uma sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia (unidade física de intervenção do programa), participação e envolvimento da sociedade civil, descentralização e transparência nas ações governamentais” (FONTES 2006, *apud* NEVES NETO, 2009, p.4).

Neves Neto (2009, p. 98) destaca que o Programa de Microbacias, em sua primeira edição, além do apoio financeiro do Banco Mundial (2000-2008), contou com recursos do governo do Estado de São Paulo. O principal objetivo do programa foi atender os pequenos e médios produtores rurais, “já os grandes produtores rurais, por possuírem maior produção, maior facilidade de acesso ao crédito e assim maior renda, foram menos beneficiados por essa política pública estadual”.

De acordo com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI, 2001,

p. 40), o PEMH teve como propósito incentivar o desenvolvimento rural no Estado de São Paulo, destacando-se as melhorias dos níveis de renda, maior produtividade, “redução de custos e uma reorientação técnica-agronômica”.

Para conseguir os benefícios do programa, os municípios atendidos teriam que atender a dois requisitos básicos, conforme também destaca Neves Neto (2014, p. 152):

[...] possuir um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), com participação de diferentes setores da sociedade civil e formalizar convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, apresentando as diferentes operações do programa, contendo um plano de trabalho com todas as ações previstas no município.

Neves Neto (2011, p. 187) destaca que havia a necessidade de os produtores rurais formarem grupos, de pelo menos cinco produtores, para elaborar um “Projeto de Empreendimento Comunitário – PEC. Para o acesso ao incentivo, por estabelecimento rural foi necessário elaborar os Planos Individuais de Propriedade – PIP”.

O autor supracitado ainda destaca que na primeira edição do Programa de Microbacias (2000-2008), houve aumento no número de associações de produtores rurais, porém isto só aconteceu devido à motivação para acessar os recursos financeiros do programa. Contudo, após o fim da primeira edição do programa, muitas associações não conseguiram se manter e acabaram fechando.

Apesar de não ter atingido totalmente suas metas, Neves Neto (2014) relata que os resultados do Programa de Microbacias foram variados entre os aspectos positivos e negativos, mesmo com diversos fatores, tanto na escala estadual como na regional.

Hespanhol (2008, p. 10) ressalta que o maior ou menor êxito do programa “dependeu basicamente do interesse e do empenho das autoridades municipais, da atuação dos técnicos executores e do envolvimento e nível de organização dos produtores rurais”.

Neves Neto (2014) considera que durante a primeira fase do Programa de Microbacias no Estado de São Paulo, as suas ações se concentraram em aspectos agrônomo-conservacionistas, tais como o controle de processos erosivos, cercamento de Áreas de Preservação Permanente (APP), adubação verde e readequação de estradas rurais. O mesmo autor salienta que, mesmo com estas ações, o programa foi insuficiente para promover o desenvolvimento rural sustentável, havendo a necessidade de outras ações governamentais para garantir renda e emprego à população que vive nos espaços rurais.

### **3 | O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL MICROBACIAS**

#### **II – ACESSO AO MERCADO**

No ano de 2011, foi lançada a segunda edição do Programa de Microbacias que

tem como principal objetivo promover a maior integração dos pequenos produtores rurais ao mercado, diferente, portanto da sua primeira edição que possuía caráter ambiental.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) Microbacias II – Acesso ao Mercado é um projeto do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e pela Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Com valor total de US\$ 130 milhões, está sendo executado desde 2011, com previsão inicial de conclusão para o ano de 2015. No entanto, o projeto foi prorrogado até o mês de setembro de 2017, quando o cronograma de desembolso de recursos do Banco Mundial foi encerrado.

De acordo com SÃO PAULO (2011), o Microbacias II é executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SEAB), por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (CATI), que é responsável por 81,2% do total dos recursos disponíveis para o projeto, e pela Secretaria do Meio Ambiente, através da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) que ficou responsável pela alocação de 18,8% dos recursos do programa.

No quadro 1 são apresentadas as principais diferenças entre as duas edições do programa.

	PEMH	MICROBACIAS II
Foco	Ambiental	*Aumento da competitividade *Aumento de emprego e renda
Unidade de Trabalho	Microbacia Hidrográfica	Organização de produtores (Associação e Cooperativa)
Beneficiários	Produtores Individuais e/ou Coletivos Associações - fortalecimento	Associação e Cooperativa Agricultores familiares e grupos de uma cadeia produtiva comum envolvida pela Associação/Cooperativa
Execução	Plano de Microbacia	Plano de Negócio

Quadro 1. Comparação entre as duas edições do Programa de Microbacias

Fonte: Neves Neto; Hespanhol, 2015, p. 247

Para ter o apoio financeiro do projeto,

a associação ou cooperativa necessita apresentar um plano de negócio. Este plano deve conter um número mínimo de 15 participantes e 50% devem ser classificados como agricultores familiares. Às comunidades tradicionais, sendo indígena ou quilombola, somente receberá os recursos para a implantação dos seus projetos se possuírem a titulação da propriedade reconhecida através de órgãos oficiais e podem apresentar seu projeto a qualquer momento, não dependendo de abertura de chamadas. Disponível em <<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio>> Acesso em 03/04/2018).

Assim com a finalidade de aumentar a competitividade dos pequenos e médios agricultores familiares, incluindo grupos como indígenas e quilombolas, o projeto



Microbacias II visa fortalecer as organizações de produtores rurais e apoiar iniciativas de negócios destas organizações que visam ampliar o acesso ao mercado e, também a consolidação das políticas públicas, infraestrutura física e os serviços de extensão rural.

As metas do projeto Microbacias II são as seguintes:

- O atendimento para 22.000 famílias de agricultores familiares e 350 famílias de tribos indígenas e 300 comunidades quilombolas;
- 30 mil famílias introduzidas nas organizações de produtores rurais receberão assistência técnica e capacitação do programa;
- 1.200 associações/cooperativas de produtores serão identificadas e estimuladas a apresentarem propostas de negócios;
- Abranger 550 municípios do Estado de São Paulo, que já possui estabelecido o convênio com a SAA/CATI e possuam os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborados, acompanhados e monitorados;
- Capacitar 550 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural para elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Readequar 18.000 km de estradas rurais em 120 municípios, para permitir a trafegabilidade o ano inteiro;
- Apoiar 40 subprojetos ambientais; e
- Inserir dois programas de serviços ambientais (SÃO PAULO, 2010b, p.5).

Os agricultores são classificados em três categorias: 1) agricultores familiares que possuem e/ou exploram área agrícola que somam até 4 módulos fiscais do município, obtêm renda familiar proveniente predominantemente da exploração agropecuária e não agropecuária da área explorada e utilizem predominantemente trabalho de suas próprias famílias para a produção agrícola e transformação. 2) aos médios agricultores que possuem e/ou exploram área de 4 até 15 módulos fiscais do município e obtêm renda familiar proveniente predominantemente também da exploração agropecuária e não agropecuária da área explorada; ou que possuem e/ou explorem área total de até 4 módulos fiscais e que não atendam os demais quesitos para enquadramento como agricultor familiar, nesta categoria os beneficiários não terão incentivos individuais do projeto, mas poderão participar dos empreendimentos coletivos. 3) grandes agricultores que não se enquadram nos critérios citados anteriormente e não serão beneficiários dos incentivos individuais do projeto, mas poderão participar dos empreendimentos coletivos (SÃO PAULO, 2015).

Os recursos financeiros disponibilizados por meio do PDRS poderão ser alocados às pelas associação e cooperativas de produtores rurais nos seguintes bens e serviços coletivos, desde que previstos nos planos de negócios específicos: máquinas, equipamentos ou serviços que beneficiam a atividade de colheita ou processamento e armazenagem dos produtos; construção de barracões para instalação de máquinas e equipamentos ou serviços de infraestrutura (energia elétrica, comunicação) fundamentais para a implantação do negócio proposto; serviços de montagem de equipamentos; certificações das propriedades dos produtores ou sistemas de

produção; investimentos em logística para transporte e comercialização dos produtos e consultorias especializadas para auxiliar na implantação do empreendimento, podendo ser nas áreas de tecnologia de processamento ou em estratégias de mercado. Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio> > Acesso em 08/04/2018).

No entanto, o produtor rural pode ter acesso, por meio do Microbacias II, a benefícios individuais desde que relacionados à proposta de iniciativa de negócio aprovada, podendo ser reembolsadas parcialmente as despesas necessárias para os investimentos visando à melhoria da eficiência operacional e da infraestrutura da propriedade associada ao negócio proposto. Poderão ser feitos investimentos: 1) em sistemas de irrigação, máquinas e equipamentos agropecuários, entre outros; 2) na adequação da propriedade às responsabilidades sociais e ambientais, quando forem importantes para o fortalecimento do negócio proposto pela organização e aqueles necessários para adequação da propriedade à responsabilidade social e ambiental, exigidos em processos de certificação; 3) na realização de mudanças orientadas para a melhoria tecnológica do negócio proposto; 4) na implantação de práticas agrícolas sustentáveis, quando forem importantes para o fortalecimento do negócio proposto pela organização; e 5) na recuperação de áreas degradadas e conservação dos recursos naturais (controle de erosão, recuperação de APP), quando forem importantes para o fortalecimento do negócio proposto pela organização (SÃO PAULO, 2015).

Para receber o apoio, a associação ou cooperativa deve apresentar uma proposta de negócio que envolva todos os associados ou cooperados ou apenas parte deles. O grupo envolvido com a proposta deve ter, no mínimo, 15 produtores rurais organizados em associações ou cooperativas, dos quais mais de 50% devem ser classificados como agricultores familiares para a proposta ser considerada elegível. O percentual de apoio do projeto ao plano de negócio depende do número de agricultores familiares, conforme especificado no Quadro 2.

Beneficiários	Valor Máximo Apoiado R\$	% de apoio	Caracterização dos proponentes da proposta de iniciativa de negócio
Associações ou Cooperativas de Produtores Rurais	800.000,00	Até 70%	Proposta de iniciativa de negócio constituída por grupo com mais de 70% de agricultores familiares (> 70%)
		Até 50%	Proposta de iniciativa de negócio constituída por grupo com mais de 50% e até 70% de agricultores familiares (> 50 a 70%)
Associações ou Cooperativas de Comunidades Tradicionais (Indígenas e Quilombolas)	200.000,00	99%	Projetos comunitários de comunidades tradicionais (Indígenas e Quilombolas)

Quadro 2. Beneficiários e Valores máximos apoiados pelo Projeto Microbacias II aos planos de Negócios

Fonte: SÃO PAULO, 2015, p.24.

O apoio financeiro individual é restrito aos agricultores familiares. Nesse caso o reembolso será de até 70% do valor do bem ou serviço, limitado a um teto de R\$ 10.000,00 por agricultor durante todo o projeto.

Porém, a exemplo de outras políticas públicas, Neves Neto (2014, p. 98) considera que o projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado

é altamente seletivo e excludente, por priorizar um pequeno número de produtores (inseridos num plano de negócio) e se restringir a organizações rurais com maior nível de capitalização, as quais normalmente apresentam condições mais favoráveis para enfrentar as vicissitudes do mercado, independente do apoio oficial. Novamente, os produtores rurais descapitalizados, que enfrentam graves problemas ambientais em suas propriedades ficarão à margem dessa política pública, financiada com recursos de toda a sociedade.

De acordo com a CATI (2016), após seis anos do seu lançamento, o Projeto Microbacias II apresenta resultados que refletem a realidade das associações, cooperativas de produtores rurais e comunidades tradicionais de todo o Estado de São Paulo, tendo havido a diminuição do interesse ao longo das chamadas públicas realizadas. Em quatro chamadas públicas foram aprovados 163 planos de negócios, beneficiando diversas cadeias produtivas.

Atualmente o projeto está na quinta chamada, que contou com 90 manifestações de interesse e, dessas, 70 planos de iniciativa de negócio, que atualmente se encontram em fase de avaliação, o interesse na elaboração do plano de negócio voltou a ser maior do que nas chamadas anteriores, conforme se verifica na Tabela 1.

Chamada	Interesses	Entregues	Aprovados	Habilitados	Investimento em milhões de reais
1	135	92	38	36	14,8
2	103	98	40	40	16,9
3	65	38	35	35	14,3
4	65	60	52	Em processo	21,9
5	90	70	Em processo	Em processo	-

Tabela 1. Chamadas Públicas do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado

Fonte: Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-resumo-chamadas>> Acesso em 05/04/2018.

Por fim, o Microbacias II proporciona também uma forte integração com os municípios, ao disponibilizar um sistema informatizado georreferenciado de gestão da malha viária local, além de apoiar financeiramente a melhoria da infraestrutura municipal, principalmente a reabilitação de trechos críticos e a manutenção das estradas rurais não asfaltadas, consideradas fundamentais para o acesso às cidades, e a responsabilidade na melhoria na estrutura da própria CATI, especialmente no que diz respeito à capacitação do quadro de funcionários, à aquisição de equipamentos e

veículos, bem como à melhoria da infraestrutura, possibilitando a reforma dos prédios de várias Casas da Agricultura em todo o Estado.

#### 4 | OS EDRS DE DRACENA E DE PRESIDENTE VENCESLAU

De acordo com o IBGE (2010), a região de Dracena possui uma área de 4.762,04 km<sup>2</sup> e conta com população de cerca de 190 mil habitantes. Essa região apresenta contingente populacional bem diferenciado, sendo que os municípios mais populosos são Dracena e Adamantina, com população superior a 30.000 habitantes cada um, como é destacado na tabela 2, com dados referentes ao efetivo populacional dos municípios com plano de negócio em execução no Microbacias II; e os menos populosos são São João do Pau d'Alho e Flora Rica, com menos de 3.000 habitantes cada um.

Municípios	População
Adamantina	33.797
Dracena	43.258
Flora Rica	2.831
Junqueirópolis	18.726
Pacaembu	13.226
São João do Pau D'Alho	2.103
Tupi Paulista	14.269
Total	128.210

Tabela 2. População total dos municípios com plano de negócio em execução no EDR de Dracena

Fonte: IBGE, 2010

O EDR de Dracena possui atualmente doze planos de negócios em execução do Microbacias II, nos municípios de Adamantina, Dracena, Flora Rica, Junqueirópolis, Pacaembu, São João do Pau d'Alho, Tupi Paulista, sendo que alguns deles possuem mais de um plano de negócio em execução.

Há 29 associações de produtores rurais e seis cooperativas no EDR de Dracena. Dentre os planos de negócios aprovados configuram-se a implantação de *packing house* e logística de transporte; a construção de um centro de recepção e processamento de hortifrúti; e a instalação de agroindústria, logística de processamento e criação de logomarca do Café.

Com relação à economia, se destaca no cenário regional os municípios de Dracena e Adamantina com PIB (Produto Interno Bruto) no valor de 957 milhões e 775 milhões de reais, respectivamente. Em situação intermediária, colocam-se os municípios de Junqueirópolis e Tupi Paulista com PIBs de 456,4 milhões e 229,6 milhões, respectivamente; o menor PIB regional é do município de Nova Guataporanga com 25,9 milhões de reais (Disponível em <http://www.deepask.com/goes?page=adamantina/SP-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-município> Acesso em 04/04/2018).

A cafeicultura foi a principal atividade da região nas primeiras décadas do século XX. Essa atividade econômica se manteve expressiva no EDR de Dracena até o final



dos anos de 1970 quando, a partir deste período, ocorreu um declínio da sua produção, levando à descapitalização dos produtores rurais e a ampliação do êxodo rural.

A crise da cafeicultura trouxe mudanças significativas para o espaço rural da região da Nova Alta Paulista. Gil (2004) destaca que na fase da cafeicultura e da policultura predominavam as pequenas propriedades rurais com o trabalho familiar e que a decadência da economia cafeeira acarretou a erradicação de milhares de pés de café e a sua substituição por pastagens, principalmente com a pecuária de corte, e, mais recentemente, pelos canaviais.

Os produtores rurais que permaneceram no espaço rural da região tiveram que desenvolver diferentes estratégias para assegurar sua reprodução econômica e social, desenvolvendo singularidades tais como: a diversificação produtiva; o associativismo rural; e, a busca de novas alternativas produtivas, como a fruticultura para o processamento industrial (acerola, maracujá, manga, entre outras) e para o consumo *in natura* (uva); urucum, seringueira, pecuária de corte e mista e, alguns permaneceram com a cultura do café, que ainda é bastante cultivada (VELOSO, 2008).

O Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Venceslau também se localiza no oeste do Estado de São Paulo e é constituído por 11 municípios: Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Ribeirão dos Índios, Rosana, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio.

No quadro 3, estão indicadas as associações localizadas nos municípios em que há planos de negócios aprovados pelo PDRS e que atualmente se encontram em execução. Dentre os três planos de negócios aprovados, dois se constituem na implantação de *Packing houses*.

Município	Associação	Cadeia Produtiva	Empreendimento
Caiuá	Associação União Agropecuária do Assentamento Luís Morais Neto	Hortifruti	<i>Packing House</i>
Euclides da Cunha Paulista	Associação Vitória Viva Assentamento Rancho Grande e Santa Rosa	Pecuária Leiteira	Implantação de Agroindústria
Presidente Venceslau	Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera	Hortifruti	<i>Packing House</i>

Quadro 3. Municípios com plano de negócio aprovado no Microbacias II no EDR de Presidente Venceslau

Fonte: Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio> > Acesso em 04/08/2018..

As demais associações e cooperativas existentes no EDR de Presidente Venceslau não elaboraram propostas ou desistiram, a exemplo do que ocorreu com a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Rita III, localizada no município de Caiuá. No município de Mirante do Paranapanema

o plano de negócio ainda não se encontra em fase de implantação pela Cooperativa de Pescadores e Produtores da Agricultura Familiar (COOPPAF), pois o projeto ainda está em fase de correção.

Verifica-se na tabela 3, que houve grande manifestação de interesse dos agricultores familiares na primeira chamada do projeto, mas, como ressalta o engenheiro da CATI de Presidente Venceslau, esse número foi caindo devido à grande burocracia do projeto e a necessidade de elaborar um bom plano de negócio para ser aprovado, fazendo com que algumas associações desistissem de submeter propostas.

Número de Chamadas	Manifestação de Interesse	Plano de Negócio	Número de Aprovados
1º	23	16	2
2º	1	0	0
3º	1	1	0
4º	2	2	1
5º	11	10	1
6º	13	13	3

Tabela 3. Manifestação de Interesse e os planos de negócios aprovado no EDR de Presidente Venceslau

Fonte: EDR de Presidente Venceslau, elaborado por Alan Vinhaes

As exigências para a aprovação dos planos de negócios e a falta empenho das associações e cooperativas fizeram com que o número de manifestações de interesse fosse caindo ao longo do tempo. Apenas a partir da quinta chamada houve ampliação do número de manifestações de interesse, entretanto apenas na sexta chamada foram aprovados os planos de negócios propostos pelas associações dos municípios de Caiuá, Euclides da Cunha Paulista e Presidente Venceslau.

## 5 | O PROJETO DE MICROBACIAS II NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU

A Associação dos Produtores Rurais de Dracena foi fundada em 1991, de acordo com o assistente técnico administrativo foi através de um grupo de produtores rurais que se percebeu a necessidade de se organizarem para vencer as dificuldades mais comuns de suas atividades. No caso de Presidente Venceslau foi com a orientação da CATI e da Prefeitura Municipal que os agricultores se organizaram em associação.

De acordo com a presidente da associação de Presidente Venceslau,

em 2000 com o PEMH a associação foi fortalecida, e começou uma gestão ativa, buscando e oferecendo melhores condições de comercialização, compra de insumos, fornecimento de mudas, serviços de moto mecanização a seus associados, capacitação de vários grupos de produção, ampliando a participação em políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, principalmente as de comercialização.

Em 2003 a Associação organizou um grupo de produtores com o objetivo de

comercializar o leite *in natura*. Com isto, a produção total está sendo comercializada com um laticínio local, a preço pré-acordado.

Assim, com esta nova forma de comercialização, os resultados econômicos foram imediatos, melhorando a autoestima dos produtores rurais e possibilitando a capacitação através de cursos, palestras e treinamentos ministrados por engenheiros agrônomos, zootecnistas e veterinários. Visitas técnicas são realizadas mensalmente para melhorar a capacidade de produção, de modo individualizado, visando atender as necessidades de cada produtor, o que tem contribuído para uma maior produtividade gerando renda ao produtor.

Antes da elaboração do plano de negócio a APRD possuía tanques de resfriamento espalhados em pontos estratégicos nos bairros rurais em Dracena e municípios vizinhos, totalizando 11 tanques que captavam em média 102.000 litros de leite por mês.

Assim de acordo com a presidente da associação

tínhamos uma parceria com este laticínio onde ele devolve parte deste leite pasteurizado e empacotado para a APRD entregar nas políticas públicas que temos contratos com as Prefeituras e outros. Participamos de pregões, leilões e licitações para a venda efetiva desta mercadoria. Por se tratar de um beneficiamento terceirizado havia um custo operacional de R\$ 0,40. O valor obtido da venda deduzida as despesas operacionais e o custo da terceirização o valor das sobras por litro de leite era distribuído para os produtores associados de acordo com sua produção.

Em 2011 a associação elaborou um plano de negócio com 28 associados, tendo como objetivo a construção de um mini laticínio e a aquisição de uma câmara fria, tendo em vista que não possuíam um local para estocar produtos para a venda.

Além da construção do mini laticínio, fazem parte do plano, o terreno, dois caminhões para coleta de leite e os equipamentos para o funcionamento do mini laticínio, conforme é demonstrado nas fotos 1, 2 e 3.



Foto 1. Construção do mini laticínio e o escritório da APRD

Fonte: APRD, 2018.



Foto 2 – Caminhão para a coleta do leite

Fonte: Alan Vinhaes, 2018



Foto 3. Escritório da APRD

Fonte: Alan Vinhaes, 2018

De acordo com o assistente técnico o valor do investimento na câmara fria foi de R\$ 195.000,00. Sendo que 30% deste valor foi custeado pela APRD perfazendo-se um valor de R\$ 58.500,00. Parte deste valor será custeado pela associação e parte será custeada pelos próprios beneficiários. Visto que o leite já é comercializado pela APRD, será descontado um valor por litro por um determinado período de tempo para restituir o valor da contrapartida atrelando assim maior envolvimento dos produtores rurais.

No total o plano de negócio foi aprovado com o valor de R\$ 1.166.000,00, sendo que o valor recebido foi de R\$ 794.980,87 reais, o restante desse valor de contrapartida foi realizado um empréstimo através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP).

Já a Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera, localizada no município de Presidente Venceslau, foi fundada no ano de 2003, tendo como motivação inicial o uso de um trator doado, a partir do estabelecimento de uma parceria entre o governo estadual e a prefeitura.



A proposta do *Packing House* é concentrar os produtos de 29 produtores rurais que participam do projeto Microbacias II, oferecendo uma variedade de produtos hortifrutícolas através do plantio no solo e em estufas com irrigação por gotejamento, realizando as tarefas de classificar, lavar (higienizar), melhorar a aparência dos produtos, embalar, resfriar, paletizar, comercializar, controlar a oferta, formar cargas para o mercado consumidor, trabalhar a redução dos custos de transporte e reter produtos de menor qualidade.

O objetivo do plano de negócio é desenvolver

(...) uma agricultura alternativa que busca maximizar os benefícios sociais e a auto sustentabilidade; minimizar ou até eliminar a dependência de energia não renovável; preservar o meio ambiente através da utilização dos recursos naturais renováveis, onde se busca um conceito de desenvolvimento ao qual se pode chegar com modalidades de produção, tecnologia que têm uma base agroecológica; aumentar a produtividade e melhoria da qualidade dos produtos; integrar melhores práticas de manejo do solo e da água e sistemas de produção mais competitivos e sustentáveis; fortalecer a capacidade organizacional e gerencial da Associação Campos Verdes; e promover uma participação mais ativa dos associados para se integrarem de forma competitiva nas cadeias produtivas, na região onde existe competitividade (Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera, 2012, p.9).

Os principais canais de comercialização da associação são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), alguns supermercados (Pinheirão, Ulian e Fruti Verde) e a feira livre do município de Presidente Venceslau.

Na foto 4, é mostrado o galpão em que será realizado os procedimentos para os produtos da Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera.



Foto 4. Galpão onde será realizado os procedimentos para cortar, embalar e distribuir os produtos da Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera

Fonte: Alan Vinhaes, 2016.

Em relação à contrapartida do projeto, a associação vem poupando recursos próprios como a presidente relatou, sem haver a necessidade de recorrer a uma linha de financiamento no sistema financeiro.

Em termos de rendimento, os associados conseguiram realmente notar a diferença no preço pago pelos produtos embalados, pois o produto diferenciado tem destaque, como abordou a presidente da Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera.

Os pontos positivos apontados pela presidente da associação foram os seguintes: aumento da renda dos produtores rurais; fortalecimento do associativismo, pois os poucos produtores rurais que aceitaram participar do plano de negócio, hoje notam a diferença, mesmo com a burocracia, não se arrependem em participar do projeto.

Por fim, de negativo a presidente da Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera relatou que faltou um preparo maior das organizações para aderirem ao projeto de Microbacias II, pois não havia uma maturidade das organizações, não há conexão em muitas associações, resultando em diversos casos, em despreparo e a desistência de participar da elaboração de um plano de negócio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Houve mudança de foco da primeira para a segunda edição do Programa de Microbacias, o que o descaracterizou porque ficou muito focado na agregação de valor aos produtos e na busca de maior inserção da agricultura familiar ao mercado, em detrimento do foco ambiental. O número de beneficiários do programa tem sido relativamente pequeno e a burocracia exigida para acessar os recursos financeiros tem sido bastante grande, pois os produtores rurais ainda sentem receio em relação a política pública, o que tem provocado à desistência de algumas associações e cooperativas que tiveram planos de negócios aprovados.

Em termos gerais, de acordo com os entrevistados, o Programa de Microbacias possui aspectos positivos e negativos. Dentre os aspectos positivos se destaca a disponibilização de recursos financeiros, a fundo perdido, para o financiamento de planos de negócios. Dentre os aspectos negativos se destacam: à burocracia exigida para a aprovação e liberação dos recursos financeiros, tornando inviável a participação de todos os associados ou cooperados e a falta de comunicação entre as diferentes secretarias estaduais.

Nos dois municípios analisados, a APRD, localizada no município de Dracena, possui dois planos de negócios finalizados, já a associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera ainda não iniciou suas atividades porque ainda não conseguiu a liberação da vigilância sanitária.

O Microbacias II trouxe uma nova visão aos pequenos e médios produtores rurais participantes dos projetos, pois ao longo da história os maiores beneficiados sempre foram os grandes produtores, dificultando assim a participação das pequenas associações e cooperativas no mercado.

Nas associações estudadas nos municípios de Dracena e Presidente Venceslau,

notou-se que elas buscam participar de todas políticas públicas que podem ter acesso.

## REFERÊNCIAS

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. **Manual do Programa** – Seção Operativa. CATI: São Paulo, 2001.

CATI. **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral**. Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-resumo-chamadas> Acesso em 08/04/2018.

GIL, Izabel C. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. **Revista Nera**, ano 7, nº 4, jan/jul, 2004.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial/ In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa - **ENGRUP**, 4º. 2008, São Paulo. P. 370-392.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidade de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar. **Sociedade & Natureza** (UFU Online), v.25, p.469-483, 2013.

MATTEI, Lauro Francisco. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias A e A/C entre 2000 e 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 58-69-69, 2014.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo: o caso do município de Assis/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente. 196 f. 2009.

NEVES NETO, Carlos de Castro. O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, vol.07, nº 02, 2011.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013.

NEVES NETO, Carlos de Castro. O Desenvolvimento Rural no Brasil e em Portugal: os casos do Programa de Microbacias em São Paulo e da Iniciativa Leader em Portugal. **Rev. Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v.8, n.1, p. 74-102, abr/2014.

NEVES NETO, Carlos de Castro; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Os Efeitos da Descontinuidade no Programa de Microbacias em São Paulo. **Revista Formação**, nº22, vol. 2, p. 234-251, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado**. Anexo 1: Informações gerais da agropecuária do Estado de São Paulo, 2010 b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado. Acordo de empréstimo – 7908 BR: **Manual Operacional**, 2015.

VELOSO, Fernando. **As estratégias para a permanência dos pequenos produtores rurais no espaço rural do município de Junqueirópolis-SP**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2008.

VELOSO, Fernando. **Políticas Públicas no município de Junqueirópolis (SP): O Pronaf e o PAA**.



## **SOBRE O ORGANIZADOR**

### **Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-320-0

